

Resenhas

Catarina Iria e Fernando Barbosa. 2008. *Psicopatas Criminosos e Não Criminosos: Uma Abordagem Neuropsicológica*. Porto: LivPsic. 112 pp. ISBN: 9789898148087.

Catarina Iria e Fernando Barbosa apresentam neste livro o resultado do seu trabalho de investigação. Além do contributo empírico, este trabalho é tanto mais relevante, porque traz à discussão a distinção entre psicopatas criminosos e não criminosos, desmistificando a ideia de que a psicopatia tem uma relação direta (de tipo causal) com a criminalidade.

A importância de estudar a psicopatia revela-se, desde logo, nas dificuldades que surgiram, ao longo do tempo, na sua conceptualização e cuja evolução histórica é descrita no primeiro capítulo do livro. Começo com a definição de Cleckley discutida pelos autores, originalmente apresentada em 1941 e revista em 1974-75, na medida em que reúne, pela primeira vez, o consenso da comunidade científica acerca do significado clínico de psicopatia. 'Colocando a personalidade psicopática à parte de outras patologias psiquiátricas e perturbações do comportamento e partindo do pressuposto de que certos indivíduos partilham um conjunto de traços de personalidade associados a certos sintomas, Cleckley baseou-se em casos da sua experiência clínica, para demonstrar que o distúrbio psicopático transcende a dimensão social' (p.19). Os autores sublinham ainda que para Cleckley, 'a característica nuclear da psicopatia é a pobreza afetiva e não o comportamento antissocial'. Há autores que consideram a psicopatia como uma entidade nosológica com características específicas que pode, ou não, estar associada a antissocialidade e que, por isso, não se deve confundir com os diagnósti-

cos de *Transtorno de Personalidade Dissocial* (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID-10), ou de *Perturbação Antissocial da Personalidade* (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-IV-Tr), para os quais o comportamento antissocial é considerado uma das características centrais.

Partindo de uma conceção híbrida, os modelos fatoriais de psicopatia surgem como resposta possível às divergências entre a posição clínica tradicional e as perturbações da personalidade definidas nos manuais de diagnóstico internacionais, mas a verdade é que o desacordo subsiste, pese embora Iria e Barbos não aprofundem esta questão. O trabalho de Hare citado também pelos autores do estudo, é pioneiro neste campo, uma vez que, a partir da Hare Psychopathy Checklist (PCL), construída em 1985 e revista em 1991 (PCL-R), se estabelece um modelo teórico bifatorial de psicopatia – traços de personalidade e estilo de vida antissocial. Este modelo é aceite pela grande maioria dos estudiosos da área, inclusive os autores da obra que aqui se analisa, que adotam como instrumento de avaliação do índice de psicopatia uma versão reduzida da PCL-R (Psychopathy Checklist Screening Version, PCL:SV). Contudo, e voltando a um ponto inicial de discussão, este modelo pode introduzir algumas dúvidas se entrarmos em consideração com o modelo trifatorial de Cooke e Michie (2001 in Gonçalves 2010), também discutido por Iria e Barbosa, e ainda com o modelo dimensional de Cook, Hart, Logan e Michie (2004 in C. Soeiro e R. A. Gonçalves, 'O Estado da Arte do Conceito de Psicopatia'. *Análise Psicológica* 1, 2010). Por um lado, o modelo trifatorial considera que,

segundo Iria e Barbosa, 'as condutas antissociais são dispensáveis ao diagnóstico de psicopatia'; por outro, Cooke, Michie, Hart e Clark, (2004 in Soeiro e Gonçalves 2010) e Cooke, Michie e Hart (2006 in Soeiro e Gonçalves 2010) questionam a natureza da associação entre psicopatia e conduta antissocial, propondo que esta última não corresponde tanto a um sintoma mas a uma consequência da psicopatia. Assim, volta a ser posto em causa o modo como se operacionaliza psicopatia e se avalia a presença de índices relevantes e válidos para a população geral no presente estudo. Vai no mesmo sentido a proposta dimensional da *Avaliação Compreensiva da Personalidade Psicopática* (Cook, Hart, Logan e Michie 2004 in Soeiro e Gonçalves 2010) que propõe a identificação de psicopatia a partir de cinco domínios (Vinculação, Comportamental, Cognições, Dominância e Self) que não se confundem com os seus sintomas mas podem determiná-los.

Apesar do apontamento ao nível da conceptualização e da operacionalização, a que voltarei oportunamente, a verdade é que Catarina Iria e Fernando Barbosa seguem uma linha de pensamento que se afigura pertinente, tomando como ponto de partida as considerações acerca de modelos fatoriais e dimensionais. Neste ponto, os autores fazem uso da noção de psicopata não criminoso e justificam a posição fatorial adotada anteriormente, ao considerar que o comportamento criminal diz respeito apenas a uma parte do todo que se pode considerar como comportamento antissocial, reconhecendo igualmente o debate atual sobre a relevância do comportamento antissocial para o diagnóstico de psicopatia.

O psicopata bem sucedido ou, nas palavras de Hall e Benning, o psicopata não criminoso será o indivíduo que apesar de partilhar com os psicopatas criminosos a tendência para um comportamento de tipo predatório e ausência de preocupação ou remorso face aos outros, está

socialmente adaptado. Surge desta constatação a hipótese experimental que vai nortear o trabalho de investigação aqui descrito, nomeadamente o estudo das diferenças entre psicopatas criminosos e não criminosos.

Os autores partem de uma perspetiva neuropsicológica para caracterizar a psicopatia e assumem que as diferenças entre os psicopatas criminosos e não criminosos pode dever-se a diferenças ao nível das funções executivas ou superiores, responsáveis por competências como a antecipação, o planeamento e a autorregulação, com correlato biológico ao nível do córtex pré-frontal. Concretamente, assume-se, hoje, que as manifestações clínicas de psicopatia se fundam em anomalias do processamento cognitivo e emocional dependentes de alterações estruturais e/ou funcionais em áreas corticais (frontal e temporal) e subcorticais (sistema límbico) do cérebro e que se expressam num conjunto de défices neuropsicológicos: a) défices atencionais; b) défices no processamento afetivo; c) défices na ativação autonómica; c) défices na inibição de respostas. Estes défices parecem estar em relação direta com um certo grau de disfuncionamento executivo que, de acordo com os nossos autores, seria diferenciado entre psicopatas criminosos e não criminosos.

Mas este posicionamento é, desde logo, discutível se considerarmos que não se encontra relação entre a severidade dos défices neuropsicológicos de natureza executiva e as manifestações comportamentais de antissocialidade, especificamente criminosas, considerando-se, pelo contrário, que estes défices caracterizam a psicopatia a partir de um ponto de vista total ou global, isto é, como personalidade com características próprias e diferenciadas de outras quaisquer estruturas de personalidade, independentemente das manifestações criminosas. Em sentido inverso, a inovação revela-se precisamente na tentativa de explicar as razões pelas

quais os psicopatas podem ou não manifestar conduta criminosa, uma vez que é aceite pela comunidade científica a ideia de que a psicopatia não tem uma relação direta e de natureza causal com conduta criminal.

Assim, Iria e Barbosa propõem-se responder a duas principais questões, a saber; as razões para que sujeitos com igual índice de psicopatia manifestem comportamento antissocial ou comportamento social ajustado; e se essas diferenças estão relacionadas com especificidades ao nível do funcionamento neuropsicológico. Para isso, compararam uma amostra forense e uma amostra não forense, emparelhada em termos de índice de psicopatia, em diversas medidas neuropsicológicas, partindo da hipótese que a performance dos psicopatas criminosos em medidas do funcionamento executivo seria inferior no caso dos psicopatas criminoso, por comparação com os não criminosos.

A amostra incluía um total de 81 indivíduos, divididos em grupo forense e grupo controlo, emparelhados quanto ao género, idade e nível de escolaridade. Considerava-se critério de inclusão para o grupo forense o facto de o sujeito já haver sido arguido em processo-crime, estar detido ou a cumprir pena de prisão. O nível de psicopatia foi apurado através da *Hare Psychopathy Checklist (PCL:SV)*, adaptada para a população portuguesa por Soeiro (2002, cit. in Iria & Barbosa, 2008), enquanto para o estudo do funcionamento neuropsicológico se utilizou uma bateria de testes composta por *Trail Making Test A e B* (flexibilidade reativa); *Teste de Stroop* (inibição da resposta, resolução da interferência cognitiva e de conflitos comportamentais); *Wisconsin Card Sorting Test* (flexibilidade cognitiva); e paradigma experimental *Go/No-Go* (inibição/impulsividade). A escolha dos testes esteve diretamente relacionada com a especificidade dos mesmos para avaliar o funcionamento executivo ou, mais concretamente, o funcionamento pré-frontal.

Os estudos confirmaram a existência de correlação entre o índice de psicopatia e as medidas neuropsicológicas consideradas, sendo que ‘quanto maior é o nível de psicopatia, pior tende a ser o desempenho dos participantes nas tarefas neuropsicológicas selecionadas’ (p.78). Especificamente, quando se comparam grupo controlo (não forense) e grupo experimental (forense) não se encontram diferenças estatisticamente significativas em quaisquer das medidas neuropsicológicas. Mas quando se comparam psicopatas e não psicopatas, a diferença torna-se estatisticamente significativa, sendo o desempenho nas tarefas neuropsicológicas pior para os psicopatas, à exceção das medidas do *Wisconsin Card Sorting Test*, em que não se verifica qualquer diferença. ‘Em termos gerais, significa isto que a variável que concorre para a variação dos resultados dos testes neuropsicológicos designados para avaliar o funcionamento pré-frontal parece ser o nível de psicopatia, independentemente de os participantes pertencerem ao grupo forense ou não forense’ (p. 91). Os resultados sugerem, assim, diferenças importantes no funcionamento executivo, ao qual estará subjacente um funcionamento pré-frontal deficitário característico em casos de psicopatia.

Os autores não confirmam, contudo, a hipótese experimental de existência de diferenças ao nível do funcionamento executivo entre o grupo de psicopatas criminosos e não criminosos. Não foram encontradas diferenças em quaisquer das medidas neuropsicológicas utilizadas, saindo reforçada a teoria da disfunção pré-frontal da psicopatia geral.

Estes resultados permitem reconhecer um conjunto de fragilidades a esta investigação que vão da conceptualização e operacionalização da variável psicopatia até às teorias explicativas que servem de suporte ao enunciado das hipóteses de trabalho, passando pelas limitações metodológicas identificadas pelos próprios

autores, como é o caso do processo de amostragem ou da escolha dos testes neuropsicológicos que compõem a bateria de avaliação.

No que respeita à conceptualização de psicopatia, vimos anteriormente que se mantém um intenso debate sobre a inclusão do comportamento antissocial como sintoma da psicopatia, sendo considerado por alguns autores apenas uma consequência da associação de um conjunto de traços de personalidade e de funcionamento psicológico ou neuropsicológico que caracteriza este quadro de modo global. Partindo desta ideia, a primeira possibilidade é a escolha do instrumento para identificação de psicopatia (PCL-SV) que considera para o diagnóstico a presença de dois principais fatores – afetivo-emocional e comportamento antissocial impulsivo – o que pode ter estado na origem de falsos negativos, ou seja, psicopatas que não manifestam comportamento antissocial impulsivo e com baixa pontuação no fator afetivo-emocional podem, erradamente, ter sido considerados como não psicopatas.

Por outro lado, nada nos garante que os psicopatas não criminosos não são capazes de condutas que configuram crime, sendo que podiam já haver cometido condutas dessa natureza sem consequências de natureza jurídico-penal (crimes ocultos ou silenciosos), o que de alguma forma justificaria a ausência de diferenças entre os grupos de psicopatas criminosos e não criminosos, sendo esta uma das limitações consideradas pelos autores para justificar os resultados obtidos.

Por último, a baixa representatividade da amostra, a seleção da mesma por conveniência e a pouco especificidade de alguns testes para identificação dos défices neuropsicológicos, com relação às funções executivas consideradas, fazem aumentar a dúvida sobre a relevância do estudo apresentado por Catarina Iria e Fernando Barbosa neste livro, não obstante o mérito reconhecido como tra-

balho pioneiro sobre a questão da psicopatia não criminosa ou bem sucedida e que, indiretamente, fortalece a posição a partir da qual se deve passar a considerar o comportamento antissocial mais como uma consequência do que como um sintoma intrínseco da psicopatia.

Helena Amaro

Instituto Superior Miguel Torga

Charles Melman. 2009. *La Nouvelle Économie Psychique: La Façon de Penser et de Jouir Aujourd'hui*. Toulouse: Érès. 238 pp. ISBN: 978-2-7492-1048-8.

Charles Melman, psicanalista francês e membro fundador da Associação Lacaniana Internacional, prossegue neste livro a reflexão iniciada com *L'Homme sans Gravité: Jouir à Toux Prix* (2002). Trata-se, tal como no livro anterior, de interrogar o social a partir da psicanálise e interrogar a psicanálise a partir do social. Acontecimento digno de ser saudado, tanto mais que é relativamente raro no universo psicanalítico. As transformações sociais a que vimos assistindo nas últimas décadas, designadamente a ressurgência do matriarcado, escreve Melman, justificam a seguinte questão: existe uma nova economia psíquica, fruto das aceleradas transformações sociais e culturais? Segundo Melman, esta questão do matriarcado versus patriarcado parece ser particularmente incómoda, e o próprio Freud teria fugido a ela. Por ser incómoda, preferimos vê-la como anacrónica. Sem razão, afirma o autor. Porque o matriarcado, partindo do princípio de que existiu antes (não o sabemos ao certo), está de volta.

Com o matriarcado, não tanto como organização social, mas configuração a nível do simbólico, as neuroses perderam a sua importância e novas formas clínicas predominam, sobretudo a borderline. Al-